

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 18
<i>Rau</i>
VISTO

## PROJETO DE LEI Nº 03/97

MENSAGEM Nº. 02/97

RECEBIDA EM: 17 de janeiro de 1997

Nº DO PROJETO: 03/97

AUTOR: Executivo Municipal

SÚMULA: Parcela débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ajuizados ou não,  
e dá outras providências

LEITURA EM PLENÁRIO DIA: 28 de janeiro de 1997

VOTAÇÃO: 1ª - EM: 28 de janeiro de 1997  
2ª - EM: 29 de janeiro de 1997

DECLAROU-SE IMPEDIDO DE VOTAR O PROJETO E AS EMENDAS NAS DUAS  
SESSÕES - O Vereador Carlos Gonçalves Lins

VOTARAM A FAVOR: Todos os demais Vereadores

AUSENTES: Todos presentes

EMENDAS: Diversas emendas - ver Projeto

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 30 de janeiro de 1997

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 22/97 de 30 de janeiro de 1997

LEI Nº: 1558

PUBLICADA EM: 07 de fevereiro de 1997



# GAZETA DO SUDOESTE

C. Mun. de P. Br.

N.º

17  
visto

**Sexta-feira, 7 de fevereiro de 1997**

**ANO IX Nº 1482**

## **Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR**

LEI Nº 1.558

DATA: 4 de fevereiro de 1997.

**SÚMULA:** Parcela débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ajuizados ou não e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o executivo Municipal autorizado a parcelar débitos perante a fazenda Pública Municipal, até o exercício de 1996, ajuizados ou não, devidamente atualizados pela Unidade Fiscal do Município - UFM, conforme especifica a seguir:

I- Para pagamento em cota única, até 31 de março de 1997, o contribuinte gozará de desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da dívida.

II- Para pagamento em três (3) parcelas mensais iguais, com vencimento a partir de 31 de março de 1997, o contribuinte gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.

III- Para pagamento de débitos no importe de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), em 05 (cinco) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31 de março de 1997.

IV- Para pagamento de débitos no importe de até R\$ 501,00 (quinhentos e um reais), até R\$ 1.000,00 (um mil reais), em 08 (oito) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31 de março de 1997.

V- Para pagamento de débitos no importe de acima de R\$ 1.001,00 (um mil e um reais), em 12 (doze) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31 de março de 1997.

**Parágrafo 1º** - Exclusivamente quanto aos débitos provenientes do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os contribuintes que comprovarem possuir um único bem imóvel, na circunscrição do Município, gozarão de desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da dívida, para pagamento em cota única, até 31 de março de 1997.

**Parágrafo 2º** - Não ocorrendo o pagamento na forma consignada no § 1º, o contribuinte poderá optar pelas condições de pagamento estipuladas nos incisos deste artigo.

**Art. 2º** - Fica excluído de qualquer dos benefícios aqui enumerados, a taxa de licença e localização.

**Art. 3º** - Autoriza o Poder Executivo cancelar alvarás de licença e localização, do contribuinte que tenha encerrado suas atividades inscrevendo os débitos aos sócios pelo CPF ou RG.

**Art. 4º** - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

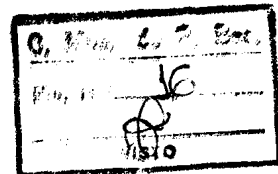
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 4 de fevereiro de 1997.

Alceni Guerra

PREFEITO MUNICIPAL



# *Câmara Municipal de Pato Branco*



## **PROJETO DE LEI Nº 03/97**

**SÚMULA:** Parcela débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ajuizados ou não e dá outras providências.

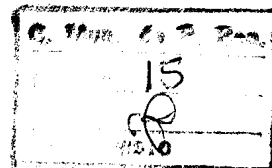
**Art. 1º** - Fica o executivo Municipal autorizado a parcelar débitos perante a fazenda Pública Municipal, até o exercício de 1996, ajuizados ou não, devidamente atualizados pela Unidade Fiscal do Município - UFM, conforme especifica a seguir:

- I- Para pagamento em cota única, até 31 de março de 1997, o contribuinte gozará de desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da dívida.
- II- Para pagamento em três (3) parcelas mensais iguais, com vencimento a partir de 31 de março de 1997, o contribuinte gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.
- III- Para pagamento de débitos no importe de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), em 05 (cinco) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31 de março de 1997.
- IV- Para pagamento de débitos no importe de até R\$ 501,00 (quinhentos e um reais), até R\$ 1.000,00 (um mil reais), em 08 (oito) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31 de março de 1997.



Estado do Paraná

# *Câmara Municipal de Pato Branco*



V- Para pagamento de débitos no importe de acima de R\$ 1.001,00 (um mil e um reais), em 12 (doze) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31 de março de 1997.

**Parágrafo 1º** - Exclusivamente quanto aos débitos provenientes do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os contribuintes que comprovarem possuir um único bem imóvel, na circunscrição do Município, gozarão de desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da dívida, para pagamento em cota única, até 31 de março de 1997.

**Parágrafo 2º** - Não ocorrendo o pagamento na forma consignada no § 1º, o contribuinte poderá optar pelas condições de pagamento estipuladas nos incisos deste artigo.

**Art. 2º** - Fica excluído de qualquer dos benefícios aqui enumerados, a taxa de licença e localização.

**Art. 3º** - Autoriza o Poder Executivo cancelar alvarás de licença e localização, do contribuinte que tenha encerrado suas atividades inscrevendo os débitos aos sócios pelo CPF ou RG.



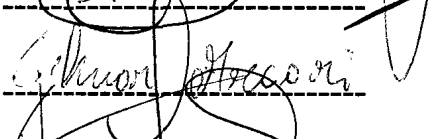
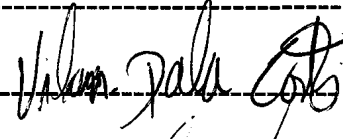

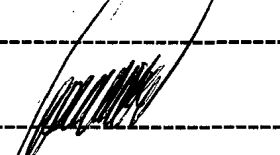
**Art. 4º** - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.




14

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.**

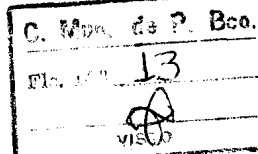
Nestes Termos. Pedem Deferimento.  
Pato Branco, 29 de janeiro de 1.997.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*



## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 003/97**

Analizando o Projeto de Lei em apreço, de autoria do Executivo Municipal, o qual solicita autorização legislativa para parcelar débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ajuizados ou não, esta Comissão conclui em fornecer parecer favorável a aprovação da matéria, por entender que a anistia fiscal proposta, visa além de propiciar condições aos contribuintes inadimplentes saldarem os débitos tributários existentes para com os cofres públicos, proporcionará que a Administração possa através da arrecadação de tais receitas, realizar serviços e obras que venham beneficiar a comunidade Patōbranquense.

Por outro lado, esta Comissão vê por bem, apresentar emenda ao artigo 1º do Projeto, para nele consignar a expressão “tributário”, no sentido até de favorecer a melhor interpretação da norma, uma vez que tal expressão abrange os impostos, taxas e contribuição de melhoria, objeto dos benefícios estipulados nesta proposição.

Além disso, apresentaremos em separado deste, emenda aditiva ao Projeto, no sentido de esclarecer que o valor original da dívida, é aquele atualizado através da Unidade Fiscal do Município, como forma de enriquecimento da matéria.

Sob o ponto de vista desta Comissão, acatadas as sugestões acima indicadas, estará a proposição apta a ser deliberada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o nosso parecer, sub censura.

Pato Branco, 22 de janeiro de 1.997.

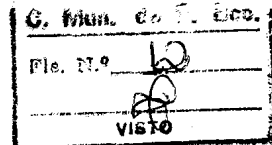
Roberto Carlos Chioqueta - Presidente

Ivan José Chioqueta - Relator

Carlos Roberto Gonçalves Lins

Vilson Dala Costa

Amadeu Pereira



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

## **COMISSÃO DE MÉRITO**

### **PARECER**

Analizando o Projeto de Lei nº 003/97, de autoria do Executivo Municipal, o qual solicita autorização legislativa para parcelar débitos tributários perante a Fazenda Pública Municipal, esta Comissão conclui em exarar **PARECER FAVORÁVEL** a aprovação da matéria, por entender ser a mesma oportuna, pois possibilitará aos contribuintes saldarem seus débitos junto aos cofres públicos, receita essa que poderá ser empregada em obras e serviços em prol da comunidade patobranquense.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 28 de janeiro de 1997.

**Agustinho Rossi - Presidente**

**Réges Henrique Pallaoro - Relator**

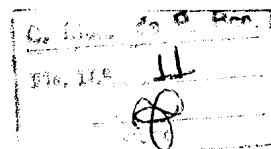
**Carlinho/Antonio Polazzo**

**Vilson Dala Costa**

**Carlos Roberto Gonçalves Lins**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*



## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **Parecer ao Projeto de Lei nº 003/97**

Esta Comissão, analisando o Projeto de Lei em tela, de autoria do Executivo Municipal, o qual solicita autorização legislativa para parcelar débitos tributários perante a Fazenda Pública Municipal, conclui em fornecer parecer favorável a aprovação da matéria, por encontrar-se amparada em preceitos de ordem legal e constitucional.

É o nosso parecer, sub censura.

Pato Branco, 28 de janeiro de 1.997.

  
Régis Henrique Palaoro - Presidente

  
Orcei Alves Martins - Relator

  
Enio Ruaro

  
Gilmar Luiz Arcari

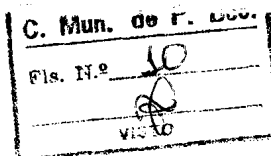
  
Afonso Ferreira de Almeida





Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco



**Exmo. SR.**

**Aldir Vendruscolo**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.**

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário as seguintes EMENDAS ao Projeto de Lei nº 003/97:



## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do “caput” do artigo 1º do Projeto de Lei nº 003/97, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a parcelar débitos tributários perante a Fazenda Pública Municipal, até o exercício de 1.996, ajuizados ou não, devidamente atualizados pela Unidade Fiscal do Município - UFM, conforme especifica a seguir: “



## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do inciso I do artigo 1º do Projeto de Lei nº 003/97, passando a vigorar com o seguinte teor:

Art. 1º - .....

“ I - para pagamento em cota única, até 31.03.1.997, o contribuinte gozará de desconto de 20 % (vinte por cento) sobre o valor da dívida;



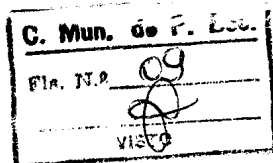
## EMENDA ADITIVA

Acrescenta §§ 1º e 2º ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 003/97, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - .....



Estado do Paraná



# Câmara Municipal de Pato Branco

“ § 1º - Exclusivamente quanto aos débitos provenientes do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os contribuintes que comprovarem possuir um único bem imóvel na circunscrição do Município, gozarão de desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da dívida, para pagamento em cota única, até 31.03.1.997.”

“§ 2º - Não ocorrendo o pagamento na forma consignada no § 1º, o contribuinte poderá optar pelas condições de pagamento estipuladas nos incisos deste artigo.”

Nestes Termos;  
Pedem Deferimento.

Pato Branco, 27 de janeiro de 1.997.

  
Régis Henrique Pallaoro

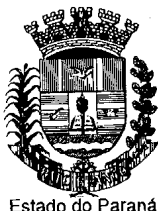
  
Agustinho Rossi

  
Vilson Dala Costa

  
Gilmar Luiz Arcari

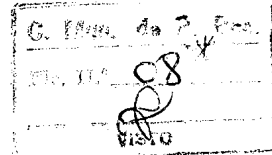
  
Orcei Alves Martins

  
Ivan José Chioqueta



Estado do Paraná

# *Câmara Municipal de Pato Branco*



**Exmo. SR.**

**Aldir Vendruscolo**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.**

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário a seguinte EMENDA ao Projeto de Lei nº 003/97:

2) (3)

## **EMENDA ADITIVA**

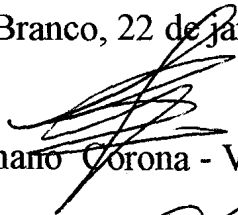
Renumera o inciso II passando à figurar como inciso III e acrescenta inciso II ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 003/97, passando a vigorar com a seguinte redação:

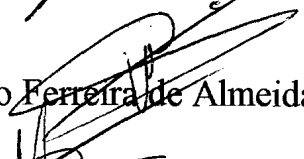
Art. 1º - .....

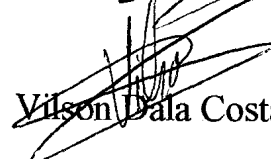
“ II - Para pagamento em três (3) parcelas mensais iguais, com vencimento a partir de 31.03.1.997, o contribuinte gozará de desconto de 10% sobre o valor original da dívida.”

Nestes Termos;  
Pede Deferimento.

Pato Branco, 22 de janeiro de 1.997.

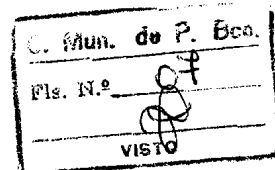
  
Germano Corona - Vereador PMDB

  
Afonso Ferreira de Almeida - Vereador PMDB

  
Wilson Dala Costa - Vereador PMDB



Estado do Paraná



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

## **ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 003/97**

Busca o Executivo Municipal, através do Projeto de Lei em epígrafe, obter autorização legislativa, para parcelar débitos perante a Fazenda Pública Municipal, até o exercício de 1.996, ajuizados ou não.

Dispõe a proposição que os contribuintes poderão saldar os débitos tributários em cota única, até 31 de março de 1.997, com desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor original da dívida ou em oito (08) parcelas mensais iguais, sem desconto, com vencimento a partir de 31.03.1997.

Na realidade o que se pretende, é anistiar os contribuintes das penalidades fiscais, dispensando-os do pagamento de multas pelo inadimplemento das obrigações tributárias, na forma e condições estabelecidos no presente Projeto.

Os benefícios estipulados no Projeto visam incentivar os contribuintes inadimplentes em saldarem os compromissos tributários com a Fazenda Pública Municipal, fato esse que representará receita aos cofres públicos, as quais poderão ser empregadas em serviços e obras necessárias ao bem estar da comunidade.

A matéria encontra amparo legal nas normas contidas nos artigos 97, inciso VI, 156, inciso I e 175, inciso II da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966 (Código Tributário Nacional), que dispõe sobre o assunto em comento.

Da mesma forma, a proposição encontra-se respaldada na norma contida no § 6º do artigo 150 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 03 e no artigo 86 da Lei Orgânica Municipal, que assim preceituam:

“Art. 150 - .....

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, **anistia** ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.”



Estado do Paraná

C. Mun. de P. Branco
Fls. N.º 06
VISTO

## *Câmara Municipal de Pato Branco*

“Art. 86 - A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa.”

Os benefícios estipulados, abrangerão a todos os tributos municipais, com exceção da Taxa de Licença e Localização.

Constituem tributos municipais: a) os Impostos: sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU , sobre a Transmissão de bens “inter vivos” e sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ; b) as Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; c) Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

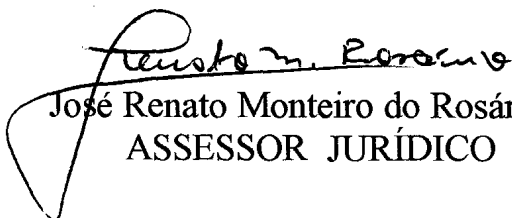
É possível o cancelamento de alvarás de licença e localização, do contribuinte que tenha encerrado suas atividades, inscrevendo os débitos aos sócios pelo CPF ou RG, desde que o regulamento não disponha de forma diversa, tendo em vista possuir os Municípios autonomia para legislar sobre matéria tributária.

Estando a matéria amparada em preceitos de ordem legal e constitucional , concluímos em exarar parecer favorável a sua regular tramitação.

Por fim, sugerimos quando da elaboração da redação final, seja incluída no texto da Súmula e do artigo 1º do Projeto de Lei nº 003/97, a expressão “parcela débitos tributários”, como forma de adequação redacional.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 21 de janeiro de 1.997.

  
José Renato Monteiro do Rosário  
ASSESSOR JURÍDICO



Prefeitura Municipal de Pato Branco  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

RECEBIDO	
Data 23/01/97	Hora 16h
Assinatura [assinatura]	
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

Pato Branco, 21 de Jan. de 1997.	
Nº. 05	85
Visto	

Ofício nº 032/97/GP.

Pato Branco, 21 de janeiro de 1997.

Excelentíssimo Senhor  
**ALDIR VENDRUSCOLO**  
Digníssimo Presidente do Poder Legislativo do Município de Pato Branco  
**NESTA**

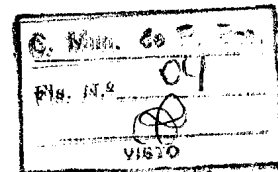
Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência que seja dado caráter de urgência urgentíssima à tramitação do Projeto de Lei nº 03/97, apenso a Mensagem nº 02/97, pelo que, convocamos extraordinariamente esta Casa de Leis para que realize tantas sessões quantas se fizerem necessárias.

Resumidos ao exposto, colhemos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

*Alceni Guerra*  
**Alceni Guerra**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

### **MENSAGEM NÚMERO 02/97**

Senhor Presidente  
Senhores Vereadores:

A conjuntura sócio-econômica, readequando-se frente ao plano de estabilização da moeda, têm imposto a todos os brasileiros dificuldades de adaptação. As conseqüências são, por vezes, a inadimplência. É sabido, que o resgate dos débitos frente aos cofres públicos, sempre ocupa o último lugar no planejamento econômico familiar e até no das empresas.

Aqui não é diferente. Nesse entendimento concluímos: que um parcelamento dos débitos anotados em dívida ativa e os já ajuizados, sem solução até o presente momento, encontrariam maiores facilidades para a liquidação, agilizando o processo arrecadatório.

Ademais, as providencias arrecadatórias são imposições de direito, moralmente sustentadas, bem cabidas e necessárias ao cumprimento do orçamento votado e em andamento.

Contamos com o indispensável apoio de Vossas Excelências para as providencias apresentadas e, se entenderem conveniente, supridas as lacunas, no interesse da administração municipal e de nosso contribuintes.

Gabinete do Prefeito Municipal, Pato Branco, em 16 de janeiro de 1997.

Cordialmente

  
Alceni Guerra

Prefeito Municipal

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **PROJETO DE LEI**

**SÚMULA: Parcela débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ajuizados ou não, e da outras providencias.**

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a parcelar débitos perante a Fazenda Pública Municipal, até o exercício de 1996, ajuizados ou não, conforme especifica a seguir :

I - Para pagamento em cota única, até 31.03.1997, o contribuinte gozará de desconto de 30% sobre o valor original da dívida.

II - Para pagamento em oito (8) parcelas mensais iguais sem desconto com vencimento a partir de 31.03.1997.

**Art. 2º** - Fica excluído de qualquer dos benefícios aqui enumerados, a *taxa de licença e localização*.

**Art. 3º** - Autoriza o Poder Executivo cancelar alvarás de licença e localização, do contribuinte que tenha encerrado suas atividades inscrevendo os débitos aos sócios pelo CPF ou RG.

**Art. 4º** - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Pato Branco, em 16 de janeiro de 1997.

  
**Alceni Guerra**  
**Prefeito Municipal**



RECEBIDO	
Data. 11 / 01 / 97	Hora 16h
Assinatura <i>[assinatura]</i>	
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

C. M. P. B.	
Fls. 02	02
<i>[assinatura]</i>	
VISTO	

**MENSAGEM NÚMERO 02/97**

Senhor Presidente  
Senhores Vereadores:

A conjuntura sócio-econômica, readequando-se frente ao plano de estabilização da moeda, têm imposto a todos os brasileiros dificuldades de adaptação. As conseqüências são, por vezes, a inadimplência. É sabido, que o resgate dos débitos frente aos cofres públicos, sempre ocupa o último lugar no planejamento econômico familiar e até no das empresas.

Aqui não é diferente. Nesse entendimento concluímos: que um parcelamento dos débitos anotados em dívida ativa e os já ajuizados, sem solução até o presente momento, encontrariam maiores facilidades para a liquidação, agilizando o processo arrecadatório.

Ademais, as providencias arrecadatórias são imposições de direito, moralmente sustentadas, bem cabidas e necessárias ao cumprimento do orçamento votado e em andamento.

Contamos com o indispensável apoio de Vossas Excelências para as providencias apresentadas e, se entenderem conveniente, supridas as lacunas, no interesse da administração municipal e de nosso contribuintes.

Gabinete do Prefeito Municipal, Pato Branco, em 16 de janeiro de 1997.

Cordialmente

*[assinatura]*  
Alceni Guerra  
Prefeito Municipal

## ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO***

**ESTADO DO PARANÁ**

### **PROJETO DE LEI 03/97**

**SÚMULA: Parcela débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ajuizados ou não, e da outras providencias.**

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a parcelar débitos perante a Fazenda Pública Municipal, até o exercício de 1996, ajuizados ou não, conforme especifica a seguir :

I - Para pagamento em cota única, até 31.03.1997, o contribuinte gozará de desconto de 30% sobre o valor original da dívida.

II - Para pagamento em oito (8) parcelas mensais iguais sem desconto com vencimento a partir de 31.03.1997.

**Art. 2º** - Fica excluído de qualquer dos benefícios aqui enumerados, a *taxa de licença e localização*.

**Art. 3º** - Autoriza o Poder Executivo cancelar alvarás de licença e localização, do contribuinte que tenha encerrado suas atividades inscrevendo os débitos aos sócios pelo CPF ou RG.

**Art. 4º** - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Pato Branco, em 16 de janeiro de 1997.

  
**Alceni Guerra**  
**Prefeito Municipal**